

ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - EDITAL N. 05/2025

Nome completo:

CPF:

ORIENTAÇÕES

1. Desligue o celular ao entrar na sala. Caso o aparelho toque ou vibre, será presumida a ocorrência de fraude, o caderno de provas será recolhido e será zerada a nota do candidato.
2. A prova é individual. É vedada qualquer comunicação e troca de material entre os presentes, consultas a material bibliográfico, cadernos ou anotações de qualquer natureza.
3. O fiscal não dará nenhuma explicação a respeito das questões da prova.
4. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala até que todos entreguem a avaliação.
5. Com a entrega da avaliação e saída do primeiro candidato, nenhuma nova entrada será permitida.
6. **NÃO SERÁ PERMITIDA A CONSULTA A OUTROS CANDIDATOS.**
7. **AS RESPOSTAS MARCADAS A LÁPIS SERÃO DESCONSIDERADAS;**
8. **AVALIAÇÕES SEM NOME SERÃO ZERADAS;**
9. **SERÁ EXCLUÍDO DO PROCESSO SELETIVO QUEM REGISTRAR, EM LOCAL NÃO APROPRIADO DE QUALQUER DOCUMENTO AVALIATIVO, QUALQUER MARCA QUE O IDENTIFIQUE.**
10. Esta avaliação terá pontuação máxima de 100,0 pontos.

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

1. (5,0 pontos) Sobre os princípios do Direito do Trabalho e os requisitos da relação de emprego, assinale a alternativa CORRETA.

- () A) O princípio da proteção, em sua vertente in dubio pro operario, aplica-se tanto na interpretação dos preceitos jurídicos quanto na valoração da prova sempre em favor do empregado.
() B) A subordinação jurídica, requisito essencial da relação de emprego, é caracterizada pela intensa dependência econômica do trabalhador em relação ao empregador.
() C) A eventualidade e a não pessoalidade são requisitos que, somados à onerosidade e subordinação, caracterizam a relação de emprego.
() D) O princípio da primazia da realidade sobre a forma estabelece que os fatos reais prevalecem sobre os documentos formais, sendo um pilar para a identificação da relação de emprego.

2. De acordo com a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a alternativa CORRETA.

- () A) A interrupção do contrato de trabalho, como no gozo das férias, suspende a contagem da prescrição bienal para o ajuizamento da ação.
() B) O empregado que exerce função de confiança (art. 62, II, CLT), mesmo recebendo gratificação inferior a 40% do salário, está excluído do regime de controle de jornada.
() C) O uso de imagem do empregado para fins de propaganda ou promoção comercial da empresa, sem a devida autorização ou compensação financeira, não gera direito à indenização, pois decorre do contrato.
() D) A supressão, total ou parcial, pelo empregador, de horas extras prestadas com habitualidade, gera direito a uma indenização compensatória, nos termos da Súmula nº 291 do TST.

3. (5,0 pontos) No que tange à aplicação subsidiária e supletiva do Código de Processo Civil (CPC) ao Processo do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

- () A aplicação do CPC é irrestrita, bastando a omissão da CLT, independentemente da compatibilidade principiológica.
- () B) A aplicação subsidiária do CPC ao processo do trabalho é vedada em qualquer hipótese, dada a autonomia do Direito Processual do Trabalho.
- () C) A aplicação supletiva do CPC ocorre mesmo quando a CLT regula o tema, desde que o dispositivo do CPC se mostre mais efetivo para a tutela do direito.
- () D) A aplicação subsidiária do CPC exige dois requisitos: a omissão da CLT e a compatibilidade do preceito processual com os princípios do processo do trabalho.

4. (5,0 pontos) Sobre os pressupostos recursais no Processo do Trabalho, é CORRETO afirmar que:

- () A) O depósito recursal é um pressuposto objetivo de admissibilidade exigido de qualquer recorrente, visando garantir o juízo.
- () B) A interposição de Recurso de Revista exige apenas o prévio prequestionamento da matéria, sendo este um pressuposto subjetivo do recurso.
- () C) O preparo, que compreende o pagamento das custas e o depósito recursal (quando exigível), deve ser comprovado no prazo alusivo ao recurso.
- () D) A representação processual regular é um pressuposto objetivo de admissibilidade recursal.

5. (5,0 pontos) Sobre a aplicação subsidiária e supletiva do Código de Processo Civil (CPC) ao Processo do Trabalho, é CORRETO afirmar que:

- () A) A contagem de prazos processuais em dias úteis, prevista no CPC, é inaplicável ao processo do trabalho, que mantém a contagem em dias corridos por força da celeridade.
- () B) A aplicação do CPC ao processo no âmbito da Justiça do Trabalho é condicionada à existência de omissão e compatibilidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (art. 769 da CLT).
- () C) O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) não se aplica ao Processo do Trabalho.
- () D) O instituto do *amicus curiae* é incompatível com os princípios do processo do trabalho.

6. (5,0 pontos) De acordo com a Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que:

- () A) São órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho.
- () B) O Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal
- () C) A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas seções judiciárias não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes federais, com recurso para o respectivo Tribunal Regional Federal.
- () D) Compete ao Tribunal Superior do Trabalho processar e julgar, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

7. (5,0 pontos) No que tange à produção de prova testemunhal, conforme as regras do CPC aplicáveis ao Processo do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

- () A) O cônjuge, o companheiro e os parentes consanguíneos da parte, em qualquer grau, são considerados suspeitos para depor.
- () B) O amigo íntimo ou o inimigo capital da parte é considerado impedido de depor, devendo seu depoimento ser indeferido de plano.
- () C) O juiz pode indeferir a oitiva de testemunhas sobre fatos que já estejam provados por documento ou confissão da parte.
- () D) A parte que arrolou a testemunha não pode desistir de sua oitiva se a parte contrária se opuser e insistir no depoimento.

8. (5,0 pontos) No que concerne à prova documental no Código de Processo Civil (CPC), assinale a alternativa CORRETA:

- () A) Documentos novos podem ser juntados em qualquer fase do processo, inclusive em grau recursal, desde que destinados a provar fatos ocorridos após os articulados ou para contrapor a outros que foram produzidos nos autos.
- () B) A prova exclusivamente testemunhal é sempre admitida para a comprovação de negócios jurídicos, independentemente do seu valor.
- () C) O juiz é obrigado a ouvir as testemunhas arroladas pelas partes, não podendo indeferir a oitiva em nenhuma circunstância, sob pena de violação ao princípio da ampla defesa.
- () D) A confissão ficta, decorrente da não apresentação de documentos, gera presunção absoluta (*iuris et de jure*) dos fatos alegados.

9. (5,0 pontos) Sobre a responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa CORRETA.

- () A) A responsabilidade civil objetiva prescinde da comprovação de conduta culposa ou dolosa do agente, bastando a demonstração do ato, do dano e do nexo causal.
- () B) O Código Civil adota exclusivamente a teoria da responsabilidade civil subjetiva, exigindo sempre a prova da culpa do agente.
- () C) O caso fortuito e a força maior são sempre causas excludentes do nexo causal e, consequentemente, da responsabilidade civil, mesmo nos casos de responsabilidade objetiva por risco da atividade.
- () D) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, sendo sua responsabilidade solidária com a de seus responsáveis legais.

10. (5,0 pontos) Para a configuração da responsabilidade civil subjetiva, que acarreta o dever de indenizar, é indispensável a comprovação dos seguintes elementos:

- () A) Conduta (ação ou omissão) culposa ou dolosa, dano (patrimonial ou extrapatrimonial) e nexo de causalidade.
- () B) Risco da atividade, dano e nexo de causalidade.
- () C) Conduta ilícita e dano, sendo o nexo causal presumido.
- () D) Dano e nexo de causalidade, sendo a culpa presumida (culpa *prae sumpta*).

CADERNO DE PROVA DISCURSIVA

CPF: _____

1. (25,0 pontos) Disserte sobre o dano moral nas relações de trabalho. Aborde a distinção entre o dano moral que exige prova robusta de sua ocorrência (*dano extrapatrimonial*) e o dano moral presumido (*in re ipsa*), fornecendo exemplos de situações comumente descritos pela jurisprudência da Justiça do Trabalho.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

2. (25,0 pontos) Disserte sobre o instituto da prescrição no processo do trabalho. Aborde: a) Os prazos prescricionais aplicáveis (prescrição bienal e quinquenal), explicando seus respectivos marcos iniciais de contagem. b) O conceito e a aplicabilidade da prescrição intercorrente no processo do trabalho, indicando o marco inicial de sua fluência conforme a legislação atual (Lei 13.467/2017).

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____